



## **A qualidade da cobertura política do jornalismo impresso em Pernambuco (Diário de Pernambuco)<sup>1</sup>**

Juliette MOURA<sup>2</sup>

Heitor ROCHA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **RESUMO**

O jornalismo é conhecido por ter a função de “cão de guarda” da sociedade, vigiando o poder público e o trazendo todas as informações cruciais para a sua atuação consciente e esclarecida. No entanto, a abordagem que acompanhamos nas coberturas políticas não demonstram possibilidades maiores de inclusão do cidadão e estímulo a uma participação ativa. Visando isso, foram analisadas notícias do jornal impresso Diário de Pernambuco, a fim de avaliar criticamente a qualidade do jornalismo político evidenciado. Observando, como foco, se ele promove o enriquecimento do debate público.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo impresso; política; personalismo.

### **1. Introdução**

O jornalismo tem importância crucial na formação cultural da sociedade, ajudando a construir identidades e formando opiniões. O jornalismo político, sobretudo, é responsável por informar de forma esclarecedora, a fim de que os cidadãos sejam aptos a fazer escolhas eleitorais conscientes e responsáveis, como também a acompanhar participativamente àqueles que os representam. Isto é, assim deveria ser.

Com o objetivo de analisar a qualidade da cobertura política do jornalismo impresso em Pernambuco, o objeto de análise escolhido foi o Diário de Pernambuco, que é um dos jornais de maior influência para os cidadãos, na conceituação formada do panorama político do Estado. Assim, foi realizada uma leitura intensiva das notícias que saíram em agosto de 2011, a fim de identificar se são seguidas as normas éticas jornalísticas de diversidade de versões e representação dos fatos abrangendo todas as perspectivas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPE, email: julivcm@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFPE, email: hclrocha@gmail.com



existentes. Usou-se como definições dividir as notícias em: versão única (com a exposição de apenas uma visão da história) ou diversidade significativa (com a exploração justa dos vários lados do fato).

Os critérios de noticiabilidade também foram levados em conta, com o objetivo de se obter uma compreensão mais aprofundada do fazer jornalismo político, considerando as técnicas jornalísticas, padrões e costumes arraigados nos profissionais. Nesta perspectiva, é possível perceber com clareza os temas agendados na discussão pública e perceber a sua relevância como potenciais ou não de melhorias sociais efetivas. Como também, ao identificá-los, classificá-los em passível ou não de controvérsia significativa, ou seja, relevantes ou não pertinentes e, assim, merecendo ser preteridos na seleção jornalística.

## **2. Jornalismo político e marginalização**

A necessidade de uma avaliação crítica da cobertura política deriva da própria importância do jornalismo no processo de formação ativa da opinião pública.

Em sociedades onde o grosso da população não tem acesso direto nem poder sobre as decisões centrais que afetam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos. Os *media* não só possuem um quase monopólio do “acontecimento social”, como fonte primária de informação daquilo que acontece – também dirigem a passagem entre aqueles que estão “no saber” e a ignorância estruturada do público em geral (HALL ET ALLI, 1999, p. 234- 235).

Como bem salienta Habermas (1984, p.78), o desenvolvimento da esfera pública se evidencia historicamente no grau de discussão entre o Estado e a Imprensa, em função de uma verdadeira conscientização política da opinião pública. Assim, a qualidade da cobertura política de um jornal impresso de referência no estado de Pernambuco reflete a racionalização social acerca de problemas e necessidades, como também o esclarecimento necessário para escolhas eleitorais verdadeiramente críticas e independentes de manipulações. Essas manipulações, por sua vez, surgiriam das forças que querem ter influência nas decisões estatais e se utilizam da legitimação social promovida pelas mídias. Um jornalismo político que não confira à sua cobertura condições de desenvolvimento de uma análise crítica, através de informações



relevantes, e possibilidades de discussões verdadeiramente públicas, tende a favorecer o estabelecimento de uma esfera pública nada participante e modelável pela forma como os fatos são construídos jornalisticamente, sob risco de manipulação ideológica.

O risco reside, por outro lado, quando o jornalismo acaba atuando por reforçar as forças de marginalização de grupos sociais, interesses ou problemáticas que deveriam ter mais visibilidade. Devido a isso, foi tomado para análise das notícias do Diário de Pernambuco identificar se elas possuem uma “controvérsia significativa”, diversidade marginalizada ou explícitas versões únicas. Edward S. Herman (1999, p. 214) explica, teorizando sobre a cobertura política, quando uma notícia apresenta uma diversidade marginalizada.

“Assim, se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tácita ou oficial, a condição de diversidade significativa não é satisfeita. Ou se os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites da mídia e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de diversidade sem sentido ou “marginalizada”.

O jornalismo tende a legitimar as idéias e valores dominantes na sociedade, reforçando e conduzindo a um mesmo ideal social. Por isso, todas as idéias que se encontram fora dessa esfera do legitimado, acabam por ser marginalizadas também pelas mídias. Estas tornam-se, então, um “mecanismo de manutenção de fronteiras”, condenando ou excluindo da agenda pública o que foge ao consenso estabelecido do que é importante e passível de discussão.

### **3. Jornalismo “público” e (in)visibilidade midiática**

A tradicional cobertura jornalística se restringe a uma esfera de pessoas consideradas ilustres agentes das repercussões políticas, marginalizando aqueles que são, na verdade, os mais importantes determinantes da história, os cidadãos comuns. São estes que, com suas ações ou omissões, dão poder aos que representam a elite do país. No entanto, o que se observa é a tradicional cobertura jornalística factual e descritiva, pouco analítica e interpretativa. Restringe-se às fontes oficiais, sem uma busca por outras fontes, e se assemelhando a uma reprodução dos ditos institucionais.

Isso fermenta a uma postura culturalmente brasileira de delegar somente à elite todo o poder e responsabilidade. Os interesses e problemas da sociedade ficam a



segundo plano, já que não se assume o seu papel de principal agente histórico. Nesse panorama, a mídia não oferece um espaço amplo ao cidadão e reforça a sua ausência participativa.

Visto isso, uma mudança nas práticas noticiosas seriam necessárias. Criando-se espaço de representatividade dos grupos sociais marginalizados, para que enfim suas dificuldades ganhem visibilidade. Dando-se enfoque ao cotidiano dos indivíduos e às versões negligenciadas. Embora a sociedade civil seja a principal interessada, é incomum que o jornalista recorra a ela também para construir a notícia, se restringindo aos dizeres da elite. Contudo, não somente o pensamento da sociedade civil deveria ter espaço nas notícias, porque representante da opinião pública (decisiva nas eleições que empoderam aos políticos), mas também porque humaniza a produção jornalística. Esta, por sua vez, se encontra cada vez mais superficial e pouco atrativa.

No início da década de 1990, surgiu nos EUA um movimento de reforma jornalística, chamado de jornalismo público ou cívico. A iniciativa partiu da observação do desinteresse do público sobre a política, tal como ela era reportada pelos jornais. O objetivo era aproximar os leitores das informações noticiadas e assim, às questões que devem ser de conhecimento público.

"Entre as principais características do jornalismo <<público>> ou cívico encontram-se: a) a necessidade de ouvir sistematicamente as histórias e ideias dos cidadãos; b) a importância conferida à necessidade de formas alternativas de se aproximar de histórias a partir de pontos de vista que são considerados relevantes pela comunidade; c) a escolha de abordagens em que a apresentação das questões ofereça maior oportunidade para estimular a deliberação do cidadão; d) informar sobre problemas relevantes de uma forma que aumenta o conhecimento público sobre as possíveis soluções e os valores envolvidos em opções alternativas ; e) fornecer uma atenção sistemática à qualidade da comunicação relacionamento com o público." (CORREIA; 2011)

Embora o projeto tenha sido experimental e ter partido de hipóteses, essas pretensões mostraram que podiam ser bem aplicadas, sobretudo ao jornalismo regional, vista a sua maior proximidade com o público.

Sobretudo, é importante uma nova abordagem jornalística. As notícias devem partir e se refletir no dia-a-dia das pessoas, onde se desenvolve as relações comunicacionais e culturais. É neste espaço que se estabelece os padrões de interpretação e modificação do pensamento coletivo. Quando o público sente a realidade política no seu cotidiano, é instigado a intervir e participar. Percebeu-se que dar voz ao cidadão comum não diminui a credibilidade da informação, mas favorece o debate e



enriquece a opinião pública, principalmente ao dar oportunidade de representatividade àqueles que costumam ter menos expressividade no quadro noticioso.

Por sua vez, em tudo que é evidenciado, é importante lembrar-se que analisar o jornalismo como agente que ao amplificar ou não o conhecimento necessário para se estabelecer as idéias que determinarão mudanças ou a conservação, é lembrá-lo como definidor de identidades. Ao não proporcionar aberturas para a expressão e visibilidade da sociedade civil, ele mantém e reforça as identidades que legitima as relações de poder e as que, opostamente, se institui como resistência. Estas últimas, sem evidência no poder midiático, permanecem enlaçadas nas mesmas condições sociais por não terem espaço de uma ressignificação simbólica que os dê perspectivas de mudanças e os transformem em identidades a serem projetadas e redefinidas na estrutura social.

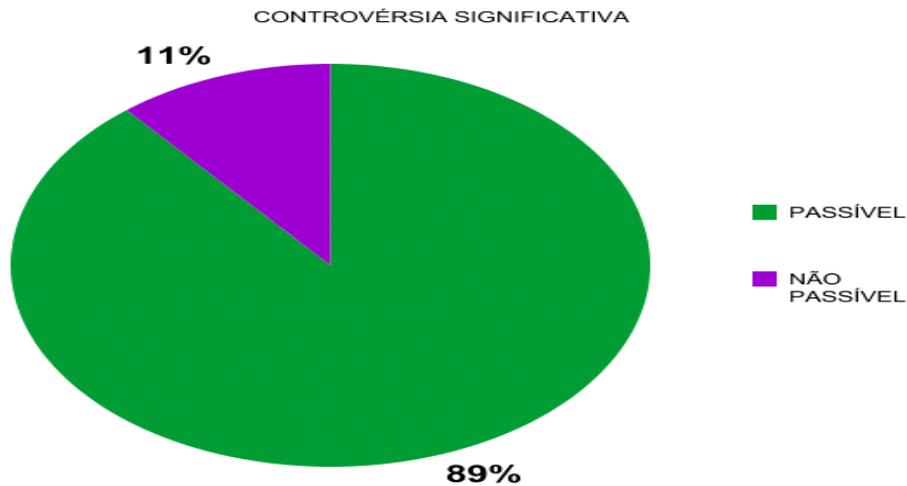
Em consequência disso, diminuem-se as alternativas de conscientização e participação daqueles que mais precisam dos meios de comunicação, como instrumento de denúncia. "Tudo que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política". (CASTELLS, 1999, p.368)

#### **4. Notícias, fichas de registro e dados**

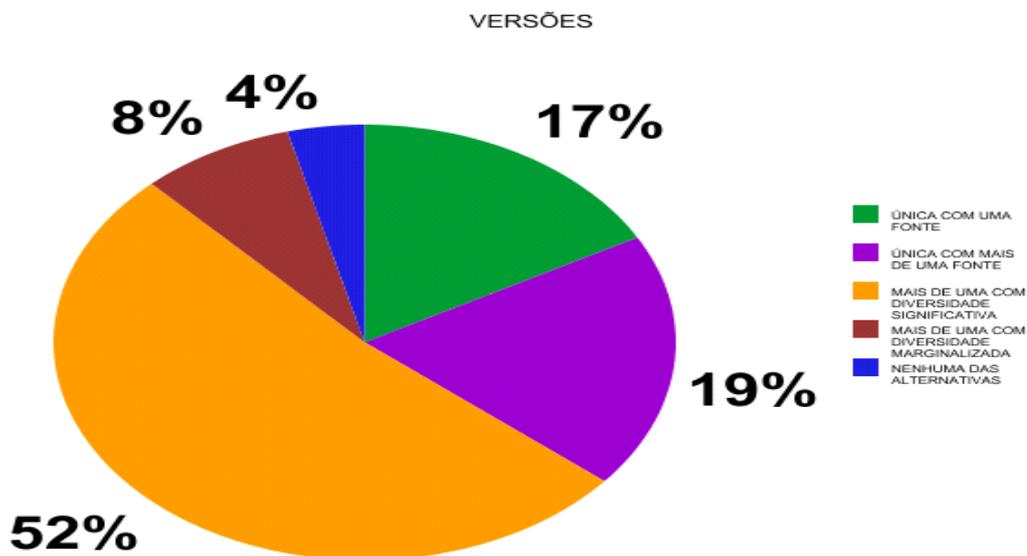
Foram analisadas 243 notícias do caderno de política do Diário de Pernambuco do mês de agosto. Cada matéria correspondeu a uma ficha de registro preenchida de acordo com enquadramentos de conceitos estabelecidos para a análise da qualidade da cobertura política. Entre esses estão: notícia "passível de controvérsia significativa / não passível de controvérsia significativa"; notícia com "versão única com uma fonte / versão única com mais de uma fonte" ou "mais de uma versão com diversidade significativa / mais de uma versão com diversidade sem sentido ou marginalizada". Através do preenchimento das fichas de análise, foi possível estabelecer estatisticamente os dados que permitem uma visualização geral da qualidade da seleção das matérias e de sua construção noticiosa na edição de política do Diário de Pernambuco.

O levantamento quantitativo das fichas de registro possibilitou que se chegasse aos seguintes valores: 89% das notícias analisadas puderam ser observadas como passível de controvérsia significativa, isto é, a maioria. Por outro lado, 11% foram consideradas de temas irrelevantes para o enriquecimento da discussão política pela sociedade. Isto representa um fator negativo da qualidade do jornal, pois qualquer índice diferente de zero pressupõe uma seleção jornalística que não demonstra respeito pelo discernimento

do público, já que sabemos que a escolha da pauta a ser abordada acontece em detrimento de várias outras que poderiam ser de maior importância para a sociedade.



Ao que se refere à construção das notícias, constatou-se que 17% delas possuíam uma versão única com apenas uma fonte e 19% de versão única com mais de uma fonte. Nesta última opção, percebe-se que o acréscimo de fontes só serve no texto para confirmar uma mesma idéia e interpretação do fato, descumprindo com a exigência ética jornalística de apresentar uma pluralidade de visões para proporcionar um debate público justo. Algumas outras notícias, quase 8%, apesar de serem identificadas com diversidade de visões, percebe-se que um dos lados é marginalizado pela forma como é construída a notícia. Assim, os fatos que foram representados direta ou indiretamente de forma parcial representam, ao todo, quase metade das notícias analisadas. Um índice muito alto se considerarmos que um dos princípios fundamentais do jornalismo é a diversidade significativa.





Conclui-se, segundo os dados, que o debate representado na notícia se dá de forma dissimulada, através de artifícios como a colocação de mais de uma fonte, mas expostas com evidência e julgamento desigual. O perigo está na ausência de possibilidades efetivas para um esclarecimento real da população, de forma a incluí-la nas discussões políticas e sociais. O debate político, que deveria ser popular, se restringe às controvérsias expostas por partido do governo e partido da oposição. Entrelaçados, no entanto, por vezes, em interesses diversos dos do povo.

O enquadramento dado comumente às notícias políticas é episódico e simplificador, de forma a tornar a abordagem mais atraente ao público, reduzindo a complexidade que a interpretação de alguns fatos requer, para não perder consumidores. Como também, os aspectos pitorescos são mais explorados, mesmo que os temas, devido a sua relevância social, mereçam um maior destaque crítico e esclarecedor.

Dessa forma, o jornalismo fere seus princípios de ter uma função essencialmente social e com o objetivo de ser o meio de discussão pública. A discussão política se restringe a um número limitado de fontes, apenas políticos e especialistas, enquanto a esfera pública de fato (no seu sentido literal da palavra “público”) fica ausente de qualquer possibilidade de expressão e, assim, de participar da deliberação sobre questões de interesse coletivo. As notícias são construídas apenas para e pela mesma comunidade de políticos e jornalistas e, assim, acabam por servir apenas aos seus interesses.

## **5. Dramatização e personalismo**

Outro fato que foi observado é a dramatização ou espetacularização de circunstâncias não tão importantes para uma discussão política e pública. Ocorre o que Habermas (1997) declara como: “a personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública”.

Inseridos na lógica comercial, os jornais constroem a notícia com o princípio fundamental de torná-la vendável. Privilegiando, muitas vezes, os títulos dramáticos e casos particulares dos políticos; ao invés de construir as condições para o surgimento de



um debate público sobre problemas reais que afetam a nossa política, como os projetos para solucioná-los ou os casos de corrupção.

Assim, a população padece de ser mal representada pelos meios de comunicação e estes se constituem cada vez mais por uma publicidade manipulada de interesses privados, efetivos através da legitimação de suas idéias pela opinião pública. Esta, disputada pelas pressões econômicas e políticas, sofre a influência excessiva de tentativas de controle e torna-se alvo principal de construções sofisticadas de manipulação ideológica. No jornalismo, a defesa de certos interesses se reflete nas escolhas de construção da notícia, desde a seleção do acontecimento até a sua representação. Dar evidência repetidamente a algum fato ou pessoa, por exemplo, reflete um interesse em confirmar ou construir a estes, condições de poder. Como também, por outro lado, as problemáticas nunca têm o devido destaque, porque as notícias estão enterradas na “teia da facticidade” (TUCHMAN, 1999) e, conseqüentemente, o debate público fica empobrecido.

Através da análise realizada das notícias coletadas observou-se a incidência da escolha de um valor-notícia, o personalismo, e neste caso se atenta para as conseqüências desse padrão jornalístico. Em “A tribo jornalística: uma comunidade transnacional”, Nelson Traquina observa os estudos de Galtung e Ruge, que identificam doze tipos de critérios de noticiabilidade. Entre estas ele destaca que:

As ações de elite são, pelo menos geralmente e na perspectiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros: isto aplica-se tanto às **nações de elite** (9) como às **pessoas de elite** (10). Segundo Galtung e Ruge, a tese é a de que as notícias têm uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases em que existem um sujeito, uma determinada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma conseqüência das ações desta pessoa ou destas pessoas. Para Galtung e Ruge é o valor-notícia da **personalização**” (TRAQUINA, 2004, p.103).

O que vale a pena observar é que essa personalização dos fatos cria uma visão de que o campo político somente corresponde a esses políticos constantemente noticiados, porque aparentemente são os únicos agentes dos fatos. Na personalização, se acentua o fator pessoa e frequentemente está ligada à dramatização.

Os próprios partidos tendem a se reduzir à visão manifestada pelos líderes. Desta maneira, a política se torna o resultado da ação de indivíduos. Outros atores sociais, partidos, coletividades, instituições, fatores estruturais e o próprio processo político tendem a desaparecer para dar lugar às jogadas dos líderes em busca de votos. As conseqüências disto tudo devem ser consideradas na dimensão do próprio entendimento do público consumidor de notícias sobre a



natureza mesma da política. Quando os processos políticos são apresentados como jogos nos quais as ambições individuais são tidas como principais motivadores, os meios de comunicação cumprem o papel de legitimação de determinada visão de mundo. (ROTHBERG,2005, p.37)

A esfera pública, por sua vez, se sente ausente da responsabilidade de discussões ou intervenções, se acostumando a um posicionamento de demanda que espera atendimento sem querer impor decisões.

Além disso, basta um fato estar ligado a uma personalidade ilustre que adquire valor de noticiável, mesmo ocupando o espaço de uma notícia que poderia ter mais relevância social. O jornalismo transporta ao acontecimento o valor de importância e conduz o público à assimilação deste como de interesse público. As notícias de fatos particulares da vida dos políticos conduz os leitores à idéia de que a política se reduz a isso e não exige a discussão de idéias e projetos que são importantes nas decisões que interferem na vida de todos. Assim, a incidência de fatos politicamente irrelevantes transformados em notícias empresta a eles a autoridade de objeto de interesse público, embora seja uma representação clara do privado. Assim, no jornalismo, o personalismo se legitima por não se parecer uma propaganda e aparecer disfarçado como algo relevante socialmente. O objetivo é estabelecer uma interpretação delimitada acerca de um fato, uma pessoa, uma visão de mundo. Só a partir deste consenso é que se consegue promover ou sugerir a aceitação de uma idéia. Reforçando, por outro lado, a imagem de um público pensante e capaz de construir criticamente a opinião pública, mas que, na verdade, não usa a capacidade crítica para perceber se são disponibilizadas todas as informações e visões diversificadas necessárias para uma interpretação justa.

## **6. Considerações finais**

Percebe-se que a cobertura política que evidenciamos nos jornais impressos de Pernambuco não corresponde na sua função de “cão de guarda” da sociedade, vigiando o poder público e incluindo a sociedade na discussão dos temas relevantes para uma melhora social. A política parece ser de responsabilidade somente dos representantes a quem elegemos, enquanto a população demonstra um total desinteresse, se restringindo a atuar somente nas eleições, mesmo assim de forma pouco consciente de suas escolhas. A mídia, por sua vez, contribui para essa ausência participativa, já que chama atenção das pessoas a participar do processo eleitoral, mas depois as excluem de possibilidades



de expressão e visibilidade no que se refere às problemáticas desencadeadas pelos acontecimentos políticos.

“Desta forma, a mídia comercial geraria duas formas de perpetuação das desigualdades na participação do poder decisório nas democracias atuais. Em primeiro lugar, ela relegaria às massas a condição de escolher apenas quem vai decidir por elas, ao invés de levá-las a assumir efetivamente um papel mais ativo nos processos de decisão política (papel que hoje, no Brasil, se torna plausível com as experiências dos orçamentos participativos e, principalmente, dos conselhos municipais com função deliberativa nas áreas de educação, saúde e direitos de crianças e adolescentes). Em segundo lugar, os meios de comunicação atuariam como interface de relacionamento entre as diversas elites na tomada de decisões. Como sugere Davis (2003, p. 5), na medida em que a política é banalizada pela mídia, os meios de comunicação servem à constituição da arena em que as diversas elites vão negociar os termos do processo decisório, geralmente à margem das massas. Neste cenário, as elites seriam a fonte e o destinatário de muitas das notícias sobre a política, em um embate a partir do qual um grupo buscaria influenciar o outro, apontando formatos, resultados esperados, vantagens e desvantagens de cada passo na esfera de decisão política.” (ROTHBERG, 2005, p.26)

Por outro lado, se o processo de construção da notícia de um jornal acaba indiretamente por legitimar os interesses da classe dominante, não se pode colocar isto como um resultado deliberado e exclusivo de atitudes partidárias do jornalista, uma vez que está intrínseca na atividade jornalística uma lógica comercial, especialmente através da política editorial do veículo, que impõe limitações para o exercício de uma postura mais livre, crítica e reflexiva do profissional, além dos fatores tempo e concorrência. Este último acaba por provocar uma padronização da cobertura política, já que os jornais não se sentem motivados a inovar e correr o risco de perder leitores para a concorrência. Alguns valores notícias, como o personalismo, pode ser visto também como um dos requisitos para fazer o jornalismo vendável, aqueles supostamente aos quais o jornalista tem de se adaptar para manter seu emprego.

Mas os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra empresa tendo em conta as políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2004, p. 119-120).



Portanto, pode-se perceber uma perspectiva de possibilidades positivas para o fazer jornalismo, de acordo com as mudanças intelectuais, históricas e culturais a partir da demanda do conjunto da sociedade. O Diário de Pernambuco se esforça em manter o padrão jornalístico atual e se constatou, apesar dos pontos negativos evidenciados, que a maioria das notícias possui diversidade de fontes e visões, oferecendo costumeiramente duplicidade de versões.

Além disso, quando se refere à construção noticiosa explorada por uma versão do fato, deve-se lembrar também das próprias limitações do sujeito informante ao tentar alcançar a prática jornalística ideal. A construção da notícia é algo que requer a individualidade do profissional na medida em que é resultado de escolhas, conscientes ou não, do conteúdo temático e da estrutura lingüística. Esse processo de escolhas e subseqüentes exclusões terminam por construir uma mensagem, dentre muitas outras possíveis, e a representação de um fato que poderia ser representado de outra forma. É uma construção que parte, portanto, do sujeito que analisa o objeto e permite apenas a sua versão do acontecimento.

A cada construção de notícia há também um enquadramento inerente à própria atividade jornalística. Alguns estudos (newsmaking) evidenciam que esse enquadramento é um exercício inconsciente do próprio ato de se comunicar, refletindo princípios de cognição, interpretação, seleção e apresentação do que se apreende do fato observado.

Os jornalistas traçam os limites na produção da notícia também de acordo com as pressões dos outros campos sociais, como o político e o econômico, sobre o jornal. Na sua função de manipulador das informações obtidas e coletadas para enfim produzir a sua representação do fato, essas pressões sobre o profissional ou sobre a empresa jornalística penetram no seu produto. Como diz Bourdieu (1930, p.21): “manipulam mesmo tanto melhor, bem frequentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo”.

## REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: a influência do jornalismo**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143p.

FILHO, Clóvis de Barros; BARTOLOZZI, Pedro Lozano (colab). **Ética na comunicação : da informação ao receptor**. 1º Ed. São Paulo: Moderna, 1965. 229p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



CORREIA, João Carlos. **Jornalismo e esfera pública regional:** A imprensa regional em 8 cidades de pequena e média dimensão. Trabalho apresentado no 9º encontro do SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em jornalismo). Novembro de 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico:** uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, Teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

HERMAN, Edward S. **A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição.** In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **As notícias como procedimento intencional:** acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **“A produção social da notícia: o mugging nos media”**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

BREED, Warren. **Controle social na redação. Uma análise funcional.** In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística:** uma comunidade transnacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1999.

MELO, José Marques de. **Jornalismo político: democracia, cidadania e anomia.** **Revista Famecos.** Porto Alegre, nº35, p. 90-94, abril de 2008. quadrimestral

ARMONY, Flávio Sabbagh. **O jornalismo político longe da imparcialidade:** a cobertura das eleições de 2002 na região Sudeste. 19 p. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Trabalho apresentado no X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste-SIPEC.

ROTHBERG, Danilo. **Política mediada, democracia e elites.** **Comunicação e Política,** Rio de Janeiro, v.23, nº 2, p. 15-40, maio a agosto de 2005.